

Pôster

**INTERCULTURALIDADE E SOCIEDADE EM REDE: MEDIAÇÕES
TECNOLÓGICAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA CULTURA VIVA**

João Robson Fernandes Nogueira – ECA/USP

Marco Antônio de Almeida – ECA/USP

Resumo

O trabalho é resultado parcial de uma pesquisa ainda em andamento que busca problematizar a reflexão e a discussão acerca das concepções de “mediação” e “apropriação social da informação” no âmbito da relação entre poder público e sociedade civil na elaboração/implementação de políticas de cultura no Brasil contemporâneo. Em 2004 o Ministério da Cultura (MinC) criou o Programa Cultura Viva, incentivando a vinculação de *softwares* livres a grupos envolvidos em projetos de arte, educação e cidadania; visando autonomia, protagonismo e empoderamento local na preservação e desenvolvimento de patrimônios históricos e fomento a novos padrões culturais. As metodologias empregadas é a de estudo de caso e análise de redes sociais (ARS) e o foco da pesquisa são alguns “Pontos” e “Pontões de Cultura” da capital e do interior do estado de São Paulo. Tendo em vista as funções “sociais” e “econômicas” da cultura e considerando sua acepção como processo de produção de significados em “zonas de conflito”, pode-se considerar que o grau de “mediação tecnológica” alcançado pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem repercutido amplamente na produção, circulação e acesso a informações e bens culturais. Todavia, o desafio em transformar “redes sociotécnicas” em novas “esferas públicas” consistiria em possibilitar aos indivíduos e grupos a condição de acesso aos conhecimentos necessários para a construção de suas competências informacionais e comunicativas. Conclusões preliminares indicam que a análise do grau de autonomia para o uso da TIC e das condições locais nas quais a informação adquire sentido e é contextualizada tornam-se cruciais para um desenvolvimento “intercultural” e “em rede”.

Abstract

This paper is a partial result of a research in progress that still raises questions for reflection and discussion of the concepts of "mediation" and "social appropriation of information" within the relationship between government and civil society in the preparation / implementation of policies culture in contemporary Brazil. In 2004 the Ministry of Culture (MinC) created the *Programa Cultura Viva*, encouraging linkages software free to groups involved in art projects, education and citizenship; seeking autonomy, participation and local empowerment in the preservation and development of heritage sites and promoting the new cultural patterns. The methodologies used are case studies and analysis of social networks (ARS) and the focus of the research are few "*Pontos*" and "*Pontões de Cultura*" of capital and the inside the state of São Paulo. Given the functions "social" and "economic" culture and considering its meaning as a process of production of meanings in "conflict zones", one can consider that the degree of "technological mediation" achieved by the intensive use of technologies information and communication technology (ICT) has reverberated widely in the production, circulation and access to information and cultural goods. However, the challenge in turning "sociotechnical networks" in new "public sphere" would be to allow individuals and groups to condition access to the knowledge needed to build their informational and

communicative skills. Preliminary findings indicate that analysis of the degree of autonomy for the use of ICTs and local conditions in which information acquires meaning and is contextualized become crucial for developing "intercultural" and "networking".

1 INTRODUÇÃO

Em função do papel determinante que a informação assume para a mobilização dos atores sociais e para a disseminação de suas práticas, novas possibilidades de abordagem e atuação são descortinadas ao pesquisador em Ciência da Informação (CI) no sentido de elaboração/implementação de políticas de cultura que criem espaços onde as múltiplas formas de pertencimento possam ser concebidas e tornadas compatíveis (YÚDICE, 2006). No entanto, torna-se necessária uma redefinição dos significados e noções de *informação*, abrindo uma perspectiva distinta das concepções teóricas ora com foco no polo “emissor”, ora no polo do “receptor” – o que nos leva a privilegiar uma abordagem *relacional* da cultura, do conhecimento e dos bens culturais (ALMEIDA, 2008). O objetivo deste trabalho é problematizar a reflexão e a discussão acerca das concepções de “mediação” e “apropriação social da informação” no âmbito das disputas que se desenrolam no campo das políticas públicas de cultura no Brasil contemporâneo.

Em 2004 o MinC criou o Programa Cultura Viva, incentivando a vinculação de *softwares* livres a grupos envolvidos em projetos de arte, educação e cidadania; visando autonomia, protagonismo e empoderamento local na preservação e desenvolvimento de patrimônios históricos e fomento a novos padrões culturais e em rede (BRASIL, 2004). Essa reconfiguração governamental acrescentou às políticas culturais uma alternativa alinhada às deliberações sobre políticas públicas, cuja principal intenção é equilibrar o jogo de interesses historicamente pautados em padrões econômicos, mercadológicos e políticos hegemônicos. Podem ser contemplados como “Ponto de Cultura” (durante o período de doze a trinta e seis meses) diferentes organizações com atividades consolidadas por dois anos ou mais, cujo público prioritário seja jovens em situação de vulnerabilidade social e/ou que habitem locais com baixa oferta de serviços públicos. Os projetos aprovados devem fornecer as instalações e a administração do local e geralmente seus educadores são selecionados na própria comunidade, segundo critérios relacionados ao compromisso social e à experiência artística. Em localidades com alta concentração de “Pontos” podem ser criados os chamados “Pontões de Cultura”, instituições com maior estrutura física e aporte técnico-tecnológico destinadas a capacitar agentes multiplicadores, interligar atividades, divulgar eventos, difundir produções colaborativas e auxiliar em seus processos de prestação de contas (BRASIL, 2004).

A seguir, exploraremos o papel das “redes sociotécnicas” na formulação dessas

políticas tendo em vista as atuais relações da cultura com os poderes públicos e a sociedade civil organizada – situando sua aceção como processo de produção de significados em “zonas de conflito”. A partir dos contextos e estratégias promissoras observadas na pesquisa de campo esboçaremos indicações sobre as possíveis mediações necessárias no âmbito do Estado e da sociedade civil para um desenvolvimento mais democrático e equitativo.

2 MEDIAÇÃO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO

Partimos do pressuposto de que as mediações culturais são as “conexões” que se estabelecem entre as ações e os conteúdos simbólicos de um dado grupo social (ALMEIDA, 2008). Os múltiplos sistemas de linguagem e códigos de classificação formariam as condições “culturais” que conferem sentido às ações e permitem interpretar ações alheias em processos de interação (VILCHES, 2003). O mapeamento das práticas, equipamentos, suportes e dispositivos que compõem as atuais formas de *pertencimento* indicariam a existência de “esquemas socioculturais” que norteiam os processos de *aprendizagem* e questionamento crítico na definição de necessidades e solução de problemas sociais (PIREDDU, 2008). Dessa forma, quando elementos de uma cultura são *amostrados* em novas relações simbólicas seus significados necessariamente passam a ser transformados (CANCLINI, 2005).

A “informação” com sentido de notícia, fato ou evento comunicado por uma pessoa, meio, ou instituição seria então “secundária” aos sistemas de conhecimento que lhe conferem significado e valor. O modo de acessá-la e como transformá-la em conhecimento específico depende das expectativas do sujeito em relação a um dado significado e da *habilidade* em se desvendar os “códigos” que regem seus usos: entre as “propriedades do discurso proposto” e as “estratégias de apropriação dos sujeitos sociais” haveria sempre um “espaço cultural de negociação” onde se rodeia o ato interpretativo (ALMEIDA, 2008). Muitas vezes com fins de poder, no projeto pedagógico da modernidade, pelo qual se constituiu as noções de patrimônio, museu, biblioteca e escola, as representações da *identidade* foram muitas vezes questões desconhecidas e/ou ignoradas na organização da cultura material (HALL, 1997). Os profissionais especializados em selecionar, catalogar, indexar e difundir as informações representativas do conhecimento hegemônico através de esquemas unidirecionais de transmissão – incluindo jornalistas, publicitários, editores e bibliotecários, agiriam assim no sentido de enfatizar, minimizar ou dissimular conhecimentos.

A *ação mediadora* (o “tornar comum”, negociar conteúdos e significados), seja a do profissional da informação ou a do gestor cultural, implica a introdução de públicos num determinado universo de informações e vivências, levando-os a aprofundar seus próprios

pontos de vista e a desenvolver sua disposição, conduta, e perspectiva em descobrir outros. Atualmente essa ação também poderia se estender à elaboração de políticas de capacitação e acesso à TIC para finalidades culturais e/ou políticas (ALMEIDA, 2010). As “redes sociotécnicas”, que articulam indivíduos, movimentos culturais, instituições, contextos, meios e dispositivos através de formas comunicativas constituídas de fluxos um/um, um/muitos e muitos/muitos tornam-se um recurso promissor para o dinamismo político e cultural, operacionalizando a manifestação/mobilização de forma mais autônoma e com maior potencial de ressonância em âmbito local, regional ou nacional (ALMEIDA, 2012).

Como toda tecnologia, a Internet por si só não modifica a natureza das ações sociais: as perspectivas e concepções do grupo serão determinantes para a apresentação das informações e para as interações que serão geradas como estratégia para a preservação cultural e para a manutenção de sua memória – o que coincide com uma série de dimensões sociais e culturais, como idade e nível educacional (ALMEIDA, 2010). Haveria assim uma “mediação tecnológica” entre as práticas sociais e os hábitos e valores de um dado grupo social; uma experiência material realizada através de regras e instruções de cumprimento obrigatório, mas que permite uma ampla estrutura de ações – capazes de converter-se em conhecimento tácito, ou cultural (VILCHES, 2003). Todavia, é o contexto social mais amplo que *molda*, em última instância, as possibilidades de sua utilização em práticas de cidadania. Os aspectos relativos às dimensões técnicas (destreza na utilização do objeto, boas conexões), simbólicas (imaginário, subjetivo), históricas (acesso aos tipos de apoio social de estruturas comunitárias e institucionais que fomentem habilidades críticas) (ALMEIDA, 2010) e políticas (existência de uma institucionalização qualquer que reconheça reivindicações e transforme em mudanças concretas) seriam os múltiplos fatores e barreiras que estratificam o uso do computador e da Internet entre a pesquisa e a criação de conhecimento e informações multimídia ao mero uso como dispositivos de entretenimento (WARSCHAUER, 2006).

Como ressalta o autor, tanto o insucesso de levar tecnologia às comunidades quanto uma ênfase nela por si mesma à custa de problemas sociais mais básicos pode intensificar as diferenças e a exclusão. Programas que buscam promover a TIC para auxiliar grupos no ingresso em novas comunidades e culturas, no enfrentamento de problemas e no trato de situações de injustiça devem fomentar a aprendizagem de um amplo conjunto de conhecimentos e habilidades específicas sobre os processos por meio dos quais a informação culturalmente significativa está codificada: os *letramentos* informacionais, comunicacionais, multimídia e mediados pelo computador (WARSCHAUER, 2006). A “inclusão digital”, que pode *incluir* apesar da distância e *excluir* apesar da proximidade geográfica” (CASTELLS,

2003), é apenas parte do conjunto mais amplo de inserções socioeconômicas e formação de *hábitos de conhecimento* necessários para uma “integração” das distintas oralidades que perduram como experiência cultural – vinculadas à produções narrativas, textuais, audiovisuais e multimídia (CANCLINI, 2005).

3 TIC E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: O PROGRAMA CULTURA VIVA

Como afirma George Yúdice (2006), a *cultura* hoje é um recurso que gera e atrai investimentos, cuja distribuição e utilização – seja para o desenvolvimento econômico e turístico, seja para as indústrias culturais dependentes da propriedade intelectual – revelam-se como fonte estratégica para a estruturação social. Dessa forma, não se deve aceitar *per se* e de forma acrítica a legitimidade de manifestações estéticas de cunho popular: a *cultura* pressupõe sua regulação, abrindo uma perspectiva distinta da teoria social clássica sobre o tema. Numa perspectiva habermaseana, poderíamos avaliar em que medida as políticas de cultura, através de suas leis e dispositivos institucionais, contribuem para constituir a autonomia dos sujeitos no “mundo da vida” ou, ao contrário, subjugar-los sob as formas de controle do “mundo dos sistemas” (ALMEIDA, 2012).

Temos realizado duas abordagens complementares de pesquisa: 1) análise de documentos do MinC, bem como entrevistas em profundidade com gestores envolvidos nos processos de elaboração/implementação; 2) estudo de caso de Pontos e Pontões de cultura das cidades de São Paulo¹ e Ribeirão Preto², praticando a amostragem em função da identidade, da conveniência política (parceria) e da prática cultural a partir de “observações participantes”, conversações casuais e análise de redes sociais (MARTELETO; TOMAÉL, 2005). Também mapeamos os *sites* e *blogs* vinculados a cada projeto (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011) e consultamos registros de suas atividades, principalmente os meios de comunicação com o público – interpretando esses documentos segundo a forma, os propósitos e as normas pelas quais teriam sido criados (BECKER, 1999).

No que diz respeito ao repasse das verbas pelo Programa, sua influência não se aplica ao *conteúdo* das práticas – atuando como uma “motivação externa” que confere reconhecimento e legitimidade a um determinado projeto, e nesse sentido, o senso de *identidade cultural* passa a ser amplamente reconhecido como eixo para a atuação cidadã

1 ONG “Coletivo Digital”, ex-Pontão vinculado à secretaria estadual de cultura em 2006.

2 “Rede de Pontos de Cultura” sob responsabilidade do “Pontão Sibipiruna”, conveniada em 2010 com a secretaria municipal. É formada pelos Pontos “Cantecoral”, “Carnaval para todos”, “Casa das Artes”, “Dandhara”, “Filhos de Bimba”, “Kabuki”, “Mosaico dos Bambas”, “Ribeirão em Cena”, e “Transformar”, cada um dos quais localizado em diferentes regiões da cidade e contando com pessoal atuante em variados graus de organização, programação cultural, substrato pedagógico e recursos de infraestrutura e tecnologia.

(YÚDICE, 2006). Nos relatos dos gestores constata-se a importância do Programa em relação às “estruturas” necessárias para o desenvolvimento de suas atividades e manifestações culturais/políticas – como oficinas, cursos permanentes, mostras, ensaios abertos e apresentações artísticas, e muitas das instituições que abrigavam os Pontos e Pontões eram as únicas que de fato trabalhavam para estabelecer a cooperação e a existência coletiva. Mas também é verdade que os líderes dos movimentos e as comunidades que eles representam tampouco podem manter somente uma linha de conduta; apresentando variados graus de articulação com entidades financiadoras públicas ou privadas e/ou autonomia para a criação de múltiplas redes entre projetos, comunidades e contextos locais e regionais.

Parcela considerável dos grupos estudados começa a perceber a importância da *comunicação* e do acesso a diferentes fontes de *informação* para a efetivação de ações coletivas de valorização dos espaços comunitários de reprodução de saberes e tradições culturais e “técnicas” (ALMEIDA, 2008). Neste cenário, as mediações tecnológicas possibilitam o recrutamento de públicos e/ou atores para manifestações culturais e/ou políticas, criando perspectivas inéditas e promissoras de significação dos espaços coletivos, como festivais de Pontos e conferências livres de cultura. Todavia, ainda faltam propostas para a circulação mais equitativa das informações e bens culturais em níveis geográficos e socioculturais mais amplos, tanto por parte das macropolíticas elaboradas pelo MinC como em relação aos arranjos institucionais locais – dado sobretudo à diversidade de contextos e perspectivas antagônicas. Caberia então aos gestores e mediadores trabalhar na elaboração de novos mecanismos de pesquisa e indicadores culturais que norteiem a criação, disponibilização e desenvolvimento de recursos e programas de treinamento multimídia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da pesquisa indicam que a análise do grau de autonomia para o uso da TIC e das condições locais nas quais a informação adquire sentido e é contextualizada tornam-se cruciais para a elaboração/implementação de políticas públicas de cultura. Entre os principais problemas do Programa podemos ressaltar dificuldades de formação de públicos, de acompanhamento e assistência técnica insuficiente, sobretudo ao uso de ferramentas livres. Por outro lado, é bom lembrar que os usuários encontram nesses espaços possibilidades bastante heterogêneas de atividades e de contato com formas de conhecimento e informação; sendo os melhores resultados aqueles que interligaram o desenvolvimento institucional das organizações com as questões mais norteadoras do Programa. Apesar das restrições ainda existentes ao uso da tecnologia na área *cultural* – e à despeito dos atrasos verificados no

repassa público das verbas, essas experiências revelam-se como amplificadoras de alternativas mais autônomas de criação de redes sociais múltiplas; o que nos estimula a repensar as políticas de cultura sob novas perspectivas que abordem e incluam a TIC.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Políticas culturais e redes sociotécnicas. In: MARTELETO, R.; FERNANDES, G.; SALDANHA, G. (orgs.) **Redes e processos informacionais: mediações, memórias, apropriações**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros/FIOCRUZ, 2012. v. 1. p. 62-78. (II Jornada Científica Internacional da Rede MUSSI – Colóquios).

_____. Mediações tecnossociais e mudanças culturais na Sociedade da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 113-130, jan/jun. 2010.

_____. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epist.mológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em C. I.**, v. 1, p. 01-24, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **Cultura Viva**: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília, 2004.

BECKER, H. Observação social e estudos de casos sociais. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999. (4ª ed.)

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. (org.) **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para a Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, K. (org.) **Media and cultural regulation**. London; Thousand Oaks, Calif: Sage Publications; Milton Keynes: Open University, 1997.

MARTELETO, R.; TOMAÉL, M. I. A metodologia de análise de redes sociais (ARS). In: VALENTIM, M. L. P. (org.) **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005, p. 81-100.

PIREDDU, M. Do fornecimento à participação. O aprendizado entre modelos teóricos e tecnologias. In: DI FELICE, M. (org.) **Do público para as redes**. São Paulo: Difusão Editorial, 2008, p. 175-190.

VILCHES, L. **La migración digital**. Barcelona: GEDISA, 2001. Cap. 5, Conocimiento y acción, p. 155-186.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**. São Paulo: SENAC, 2006.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2006.